

técnico superior principal de dotação global da carreira técnica superior do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 8472/2006 (2.ª série):

João Nuno Oleiro Morais Alçada — contrato administrativo de provimento, nos termos do artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e dos artigos 8.º, alínea i), 9.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, para exercer o cargo de conselheiro cultural na Embaixada de Portugal em Roma, pelo período de três anos, considerando-se tácita e sucessivamente prorrogado por iguais períodos, salvo se a Administração ou o contratado o denunciarem mediante notificação da outra parte com uma antecedência mínima de 90 dias, conforme o estabelecido no artigo 9.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, produzindo efeitos a partir de 13 de Março de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.)

31 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Rectificação n.º 560/2006. — Para os devidos efeitos se rectifica o despacho n.º 6214/2006, inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 16 de Março de 2006, a p. 3831, pelo que onde se lê:

«Jorge Alberto Nogueira Lemos Godinho, embaixador do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 26 de Janeiro de 2006 determinando que seja colocado na disponibilidade nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com efeitos a partir de 6 de Abril de 2006, por atingir nessa data o limite de idade conforme o fixado no supracitado artigo.»

deve ler-se:

«Jorge Alberto Nogueira Lemos Godinho, embaixador do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 21 de Março de 2006 determinando que seja colocado na disponibilidade nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com efeitos a partir de 4 de Junho de 2006, por atingir nessa data o limite de idade conforme o fixado no supracitado artigo.»

30 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Instituto Camões

Aviso n.º 4693/2006 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade, reportada a 31 de Dezembro de 2005, referente aos funcionários do quadro de pessoal do Instituto Camões se encontra afixada, para consulta, no respectivo local de trabalho.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma legal, da lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do presente aviso.

28 de Março de 2006. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 4694/2006 (2.ª série). — Por despachos do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa e da sub-directora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, de 24 e de 9 de Março de 2006, respectivamente:

Fernanda Maria Calaixa, assistente administrativa especialista, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando afectada aos Serviços Centrais, com efeitos a 1 de Abril de 2006. (Isento de fiscalização prévia.)

30 de Março de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Despacho n.º 8473/2006 (2.ª série). — Junto do director-geral dos Impostos funciona um gabinete de apoio, o qual pela sua dimensão em termos de pessoal e volume de trabalho justifica um acompanhamento permanente e gestão autónoma. Assim, na óptica de optimização de recursos e de racionalização e de meios, designo o inspector tributário assessor principal Luís Pacheco Oliveira Maia para exercer as funções de coordenador do gabinete.

Para o exercício dessas funções delego no licenciado Luís Pacheco Oliveira Maia os poderes e competências dos seguintes actos:

Despachar os assuntos de gestão corrente do gabinete;
Assinar o expediente;
Movimentar o fundo de manuseio do gabinete;
Atribuir classificação de serviço ao pessoal afecto ao gabinete;
Autorizar as férias do pessoal afecto ao gabinete;
Justificar as faltas do pessoal afecto ao gabinete.

O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura, considerando-se ratificados todos os actos que entretanto tenham sido praticados.

30 de Março de 2006. — O Director-Geral, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Despacho n.º 8474/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 13.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, delego, com possibilidade de subdelegação, nos subdirectores-gerais dos Impostos e nos directores de Finanças a competência que me é conferida pelos n.ºs 4 a 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/96, de 28 de Novembro.

30 de Março de 2006. — O Director-Geral, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Direcção-Geral do Património

Aviso (extracto) n.º 4695/2006 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Março de 2006 do director dos Serviços Administrativos, por delegação de competências:

Sandra Maria dos Santos Pereira — nomeada, definitivamente, precedendo concurso e obtida confirmação de cabimento orçamental da 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, na categoria de técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos reportados a 24 de Janeiro de 2006, data em que reuniu o respectivo requisito.

30 de Março de 2006. — O Director dos Serviços Administrativos, *António Adriano de Matos Almeida*.

Instituto de Gestão do Crédito Público, I. P.

Aviso n.º 4696/2006 (2.ª série). — De harmonia com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa média a vigorar no mês de Abril de 2006 é de 1,671 80 %, a qual, multiplicada pelo factor 1,10, é de 1,838 98 %.

29 de Março de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *António Pontes Correia*.

Aviso n.º 4697/2006 (2.ª série). — De harmonia com o disposto na parte final do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 125/92, de 3 de Julho, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa de juro para o mês de Abril de 2006, já multiplicada pelo factor 0,96, é de 1,604 93 %.

29 de Março de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *António Pontes Correia*.

Serviços Sociais do Ministério das Finanças e da Administração Pública, I. P.

Despacho (extracto) n.º 8475/2006 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Março de 2006 do presidente do conselho de direcção destes Serviços Sociais:

Nuno Miguel Ladeiro Vicente, assistente administrativo principal (índice 222) do quadro de pessoal destes Serviços Sociais — reclassificado na categoria de técnico de informática-adjunto de nível II (escalo 1, índice 244), da carreira de técnico de informática, do pessoal de informática, por aplicação do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, ocupando um lugar vago no quadro de pessoal